



Antes de morrer, em novembro do ano passado, João Balbino previu o fim dos índios turiwaras

30. 21.07.80

Índio turiwara antes de morrer mostra a filho como sobreviver

Santa Inês, Maranhão — Pouco antes de morrer, em novembro do ano passado, no Alto do Tetêu, município de Santa Inês, o índio João Balbino Vieira, 88 anos, disse ao filho mais velho, Francisco, que só havia uma forma dos turiwaras sobreviverem: voltar para a reserva Jorongá no Posto Indígena do Pindaré onde tinham roças até 1977, quando foram retirados pela Funai, por não serem mais considerados índios.

Seu desejo foi cumprido por Francisco e seus seis irmãos: Manuel, José, Raimundo, Júlia, Francisca e Maria. Mas os últimos 60 turiwaras já não têm mais paciência e nem esperança de voltar para Jorongá. A maior parte deles é fruto de casamento com brancos, e de bons lavradores que eram ou passaram a vendedores ambulantes ou serventes de pedreiros, e estão ameaçados de despejo da área onde vivem. Para Francisco, o fim previsto pelo pai já começou.

No Alto do Tetêu, reunidos na casa de Manoel, os Turiwaras defendem a condição indígena, negada há três anos, por parecer de Alceu Cutia, funcionário da Funai que esteve no Posto para ordenar a retirada do grupo, feita "pela força com queima de nossas roças e derrubadas de algumas palhoças". Raimundo, 58, fala da chegada do grupo no Maranhão:

— Vimos de "pau-de-arara" do Ceará, trazidos por Feliz Gomes, que conhecia a região. Éramos 45. Saímos da Serra Grande, em Viçosa, por volta de 1950, pressionados por fazendeiros. Chegamos em Terezina, pegamos um trem e fomos bater em Pedreiras, no Maranhão. De lá, saímos para Santa Rita, onde deu para fazer roça. Mas depois de um ano acabamos caindo em Tira Couro, de onde seguimos para Jacaré do Militão, um povoado que fica próximo do rio Grajaú, região do Pindaré.

Os turiwaras ficaram vários anos em Jacaré do Militão, às margens do Grajaú, quase toda a década de 60, onde se tornaram amigos dos Guajajaras, da aldeia Pindaré, principalmente do cacique Marciano.

— Marciano acabou convidando o pai para morar na aldeia. Dizia, "velho, vem morar aqui: o lugar é muito bom, tem muito mato, terra para cultivar". O velho explicou que a família era grande, misturada (alguns haviam se casado com brancos) e podia não dar certo. O cacique insistiu e acabamos indo. Primeiro foi o velho e depois o resto — diz Manoel.

Francisco interrompe o irmão, acrescentando que, o encarregado do Posto, na época, Antonio Veloso, apelidou-os de Timbira. Fez a relação de todos na Delegacia Regional da Funai, em São Luís, mandando uma cópia para a sede em Brasília. A partir daí, passaram a ter, no final do nome, o Timbira.

No posto, segundo contam, vivam

bem com os guajajaras. Instalados no Jorongá, reserva que começa no posto e vai até Ponta Alta, no Igarapé Alambique, fizeram roças, com plantações de mandioca, batata-doce, arroz, amendoim e feijão. Plantavam banana colhiam e quebravam também o coco de babaçu. A sobrevivência era complementada com a pesca abundante no rio Pindaré.

Em 77 veio a ordem de Brasília para que saíssem da área "por não serem mais índios", conforme atestou o relatório de Alceu Cutia. Isso depois de estarem há seis anos no Posto Indígena de Pindaré. Os índios contam que para chegar a essa conclusão, um funcionário da Funai levou amostras de sangue de dois turiwara, "provavelmente para fazer remédio, pois, até hoje, não recebemos o resultado desses exames".

Quem levou a ordem foi o chefe do Posto, José Benvindo Castro, que, a mando da Funai, disse aos índios para saírem no prazo de 60 dias: "Se até lá não saírem, suas coisas ficarão para os guajajaras", ameaçou. Há informações de que Domingos Faria, também servidor da Funai no Posto, queria a expulsão dos turiwara, antes do prazo, para ficar com as roças e vender os produtos.

— Domingos ajudou a queimar nossas roças e derrubar nossas casas — dizem os índios.

A solução

Expulsos, foram para o Alto do Tetêu, a poucos quilômetros do Posto, onde ergueram suas casas de taipa, em duas fileiras. Sem espaço, nos pequenos quintais, plantaram bananeiras e cheiro-verde. Embora vulnerável, a comunidade permaneceu unida, dividindo o que ganhava e produzia. A união, porém, hoje em dia, sofre os impactos do progresso da cidade de Santa Inês, que, com seus 40 mil habitantes, é dividida ao meio pela BR316. No almoço (banana com farinha d'água), Raimundo comenta:

— Com a morte do velho, estamos pensando em ficar por aqui mesmo, pois não temos para onde ir. Aqui fazemos de tudo: vendemos bananas, carregamos caminhão de tijolo, areia, tudo na base da diária. Aqui ninguém é empregado. Somos analfabetos e não temos, portanto, qualquer segurança. Mas sair seria pior.

José, 32 anos, o mais novo dos irmãos, desabafa:

— Aqui, não temos liberdade. Na rua somos xingados porque eles acham que somos selvagens, sujos, perigosos. Fomos expulsos do Posto e, em breve, também seremos daqui. Na cidade, quando pedimos emprego, nos mandam voltar para a aldeia, ou então nos dão a chance, como dizem, de encher cami-

nhão, rachar lenha, ajudar na construção. Isso dá uns trocados. Mas no dia que não aparece serviço, ficamos sem saber o que fazer.

Muitos índios pensam em se mudar do Alto Tetêu, por pressão da imobiliária. Dois deles já foram, semana passada, para Imperatriz, tentar trabalhar em serrarias. José, que é dono de uma carroça, fala com humor e ironia:

— Quando a gente se espalha a gente não se junta mais.

Em Santa Inês nota-se a minoria turiwara já amargando o desespero. Abatidos com a morte de João Balbino, e inseguros, são obrigados a aceitar tudo em troca da sobrevivência. Na rodoviária, por exemplo, um limpa o chão e privadas, enquanto outro, desajeitado, encosta-se nas portas dos ônibus que chegam, para oferecer picolé.

Sobre os turiwara, as decisões da Funai são contraditórias e confusas. Enquanto o diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário, em Brasília, Ivan Zanoni Mausem informa que "o retorno dos índios turiwara não foi decidido pela Funai, que está providenciando o envio de antropólogo ao local, para estudar as medidas a serem tomadas", o chefe do Posto Indígena do Pindaré diz que, atualmente, os filhos de João Balbino "têm permissão para entrar e fazer roça na reserva". Mesmo com a permissão, os índios não estão satisfeitos, pois "o desejo do velho era que voltassem todos. Ou todos, ou nenhum", diz Raimundo.

Mesmo que a Funai garantisse uma nova reserva, no Ceará, os turiwara não querem sair do Maranhão. "Lá, a terra é de gente grande, fazendeiro; muito mais difícil do que aqui", observa Francisco, com voz pausada, lembrando o sofrimento do grupo, expulso do Ceará:

— Ainda vi minha aldeia ser invadida e as terras demarcadas à vontade do branco. Meu pai, um dia, andando comigo na praia, mostrou as duas extremas de pedras que agente usava para marcar nossas terras. Uma ficava na Serra Grande, outra, menor, em Timonha. Apontando para as pedras, o velho dizia: "Isso aqui, Chico, era tudo nosso. Aqui, eramos felizes, até a chegada do branco. O branco nos tomou tudo, invadiu tudo e, assim, nossos irmãos foram embora e não voltaram mais. E nós, agora, teremos também que sair".

Das amargas experiências da Serra Grande às frustrações e injustiças sofridas no Posto do Pindaré, Francisco, cansado de "tantas promessas", que ir à Brasília, pediu uma solução ao presidente da Funai:

— Quero dizer a ele que somos índios. Que somos casados com brancos, mas que isso não é proibido pela Estatuto da Funai. Quero dizer que não podemos continuar indefinidos, sem poder fazer o que a gente sabe fazer.

Santa Inês, MA — Foto de Vera Albuquerque



José trocou a lavoura pela carroça não porque quis, mas para sobreviver com a família